



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

**PROCESSO SIGEP Nº:** 2203016557

**SOLICITANTE:** SUPERINTENDÊNCIA DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS

**ASSUNTO:** ACORDO E COOPERAÇÃO TÉCNICA – PROJETO ÁREAS MARINHAS E COSTEIRAS PROTEGIDAS – GEF MAR

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. LEI Nº 8.666/98. ASPECTOS JURÍDICOS EM CONFORMIDADE COM OS DITAMES LEGAIS.

**PARECER JURÍDICO Nº 134/2022**

## **1. RELATÓRIO**

Trata-se de processo encaminhado a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico acerca do Acordo de Cooperação a ser celebrado entre o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio e a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente.

O objeto do mencionado acordo é estabelecer a cooperação entre as mencionadas partes para a implementação das atividades do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar, no que se refere à aquisição de bens e contratação de serviços e obras, para a criação, implantação e consolidação de Unidades de Conservação Estaduais contempladas pelo aludido projeto, nos biomas marinho e costeiro, observando a legislação aplicável, conforme especificações estabelecidas em plano de trabalho.

No que diz respeito à análise jurídica solicitada, cabe apontar que os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

- Cópia de E-mail encaminhado pela FUNBIO para viabilizar a pactuação de Acordo de Cooperação entre os órgãos e a mencionada entidade;
- Carta nº 655/2022, encaminhado pela FUNBIO, encaminhando minuta do instrumento a ser firmado entre as partes, com manifestação favorável à proposta constante do acordo, que tem por escopo a continuidade das ações em andamento do Projeto GEF Mar junto às UCs estaduais do Maranhão;
- Minuta de Ofício a ser encaminhada à PGE, solicitando emissão de parecer jurídico relativo ao negócio jurídico em comento;



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

- Minuta de Acordo de Cooperação a ser pactuado entre as partes, com o respectivo Plano de Trabalho;
- Manifestação Técnica, emitida por meio do Parecer nº 229/2022 – SBAP/SARA/SEMA/MA/2022, pela Superintendência de Biodiversidade e Áreas Protegidas da SEMA, na qual ressalta a relevância do presente acordo para a consecução dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- Despacho 188359, proferido pela Titular desta Pasta, requerendo emissão de parecer.

Conforme mencionado, os autos foram remetidos a esta Assessoria para manifestação, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 8.666/1993.

**É o que cabia relatar.**

## **2. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA**

Nos moldes do art. 11, VII, da Lei Estadual nº 10.107/2011<sup>1</sup>, que fixou a competência desta ASSJUR, passa-se ao exame dos aspectos jurídicos-legais da minuta do Acordo de Cooperação em questão, não cabendo a esta Assessoria Jurídica opinar sobre questões de mérito decorrentes do poder discricionário, atribuição esta conferida à autoridade competente, na prática dos atos da Administração Pública para consecução do interesse público, nem em aspectos técnicos, financeiros ou orçamentários.

De início, cumpre asseverar que o Acordo de Cooperação é o instrumento jurídico hábil a formalizar o interesse dos partícipes na mútua cooperação técnica, para a execução de atividades de interesse comum, dos quais não decorra obrigação de repasse de recursos.

A proposta apresentada, segundo a minuta do ACORDO DE COOPERAÇÃO, a ser firmado entre o Estado do Maranhão, a União e o FUNBIO, tem por objeto o

---

<sup>1</sup> Art. 11. À Assessoria Jurídica compete: VIII - analisar e elaborar, quando solicitado, os instrumentos relativos a contratos, ofícios, termos de compromisso, convênios, ajustes, acordos, bem como estudar e elaborar anteprojetos de leis, decretos, regulamentos e demais atos de natureza normativa e jurídica atinentes à Secretaria;



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

*"estabelecer a cooperação entre o **ESTADO DO MARANHÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA** e o **FUNBIO**, na implementação das atividades do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF-Mar, no que se refere à aquisição de bens e contratação de serviços e obras, para a criação, implantação e consolidação de Unidades de Conservação Estaduais contempladas pelo **Projeto GEF-Mar**, no bioma Marinho e Costeiro, observando o conjunto de documentos oficiais do Projeto, a legislação federal, notadamente a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e a legislação estadual pertinente".*

Por se tratar de ajustes firmados por órgãos que compõem a Administração Pública com o fim de realizar projetos de interesse comum dos partícipes, aplica-se no caso em tela, as disposições concernentes à Lei nº 8.666/1993, conforme consta no seu art. 116<sup>2</sup>. Passa-se a analisar, portanto, o documento supracitado à luz a legislação aplicável.

O requisito jurídico precípua para a celebração de um acordo de cooperação é a **existência de interesse comum entre as partes na execução do objeto do instrumento**. Assim, em relação à convergência de interesse entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Ministério do Meio Ambiente e o FUNBIO para a celebração do ajuste

---

<sup>2</sup> Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros (não aplicável);

V - cronograma de desembolso (não aplicável);

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

tem-se que todos possuem a comum pretensão de convergir esforços para o aprimoramento do objeto do presente Acordo.

O documento ora em estudo tem por escopo desenvolver ações integradas especialmente afetas à gestão e consolidação de unidade de conservação estadual, com o escopo de beneficiar à conservação da biodiversidade marinha e, por consequência, no sistema nacional de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs).

Sobre este ponto, ressalta-se que o presente instrumento pretende concretizar objetivos e diretrizes colimados pela lei, previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituída pela Lei Federal nº 9.985/2000. Nesse sentido:

Art. 4º O SNUC tem os seguintes **objetivos**:

I - contribuir para a **manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais**;

(...)

III - contribuir para a **preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas** naturais;

Art. 5º O SNUC será regido por **diretrizes** que:

I - assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;

(...)

IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;

Ainda sobre o tema, a Superintendência de Biodiversidade e Áreas Protegidas conclui:

Considerando que o Projeto GEF Mar propiciou avanços significativos na gestão do PEM do Parcel de Manuel Luís, possuindo a capacidade de continuar apoiando a consolidação da UC e permitir o desenvolvimento de outros subprojetos no estado, emite-se **PARECER FAVORÁVEL** à assinatura de novo ACT entre o Estado do Maranhão, através da SEMA, e o Funbio, com a interveniência da União, por meio do MMA, para continuidade da execução das atividades do projeto em UCs estaduais.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

Noutro giro, vislumbra-se que consta no Acordo de Cooperação a descrições das ações de responsabilidades desta Secretaria, havendo todas as cláusulas essenciais para o seu fiel cumprimento, a saber o objeto, fundamento legal, plano de trabalho, indicações das obrigações das partes, do gerenciamento do acordo, da ausência de repasse recursos financeiros, vigência, alterações, encerramento, aferição de resultados e publicação do Acordo.

Logo, com base nas informações inseridas na minuta, é possível concluir que o Acordo de Cooperação de que tratam os autos poderá contribuir para o pleno desenvolvimento das competências institucionais das partes.

O art. 116 da Lei nº 8.666/1993 informa, ainda, o regramento aplicável aos acordos celebrados por órgãos e entidades da Administração. Tal dispositivo, em seu §1º, impõe a obrigatoriedade de elaboração e aprovação do plano de trabalho para a celebração do acordo, que acompanha a minuta do acordo proposto, contendo a descrição, justificativa, fases e o cronograma de atividades a serem executadas,

Por fim, cumpre mencionar que esta Secretaria e o FUNBIO já pactuaram o Acordo de Cooperação Técnica sob o nº 07/2017 e o seu posterior aditivo, com idêntico objetivo. Portanto, o novo acordo, objeto destes autos, tem por escopo dar continuidade ao trabalho já iniciado.

### **3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, **esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela regularidade jurídica** do Acordo de Cooperação pretendido, a ser celebrado entre o Estado do Maranhão, através desta SEMA, a União, por meio do Ministério do Meio Ambiente e o FUNBIO. Cumpre destacar que a análise de conveniência e oportunidade para a celebração do acordo de cooperação, por sua vez, insere-se exclusivamente na



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

esfera de discricionariedade da Administração, não cabendo a esta Assessoria emitir juízo conclusivo sobre a questão.

Por fim, alerta-se à necessária aprovação de plano de trabalho pela Secretaria Adjunta de Recursos Naturais, **considerando-se que a manifestação desta ASSJUR se restringe aos aspectos jurídicos-legais.**

**É o parecer que submeto a apreciação da autoridade superior.**

São Luís, 16 de novembro de 2022.

**Layani Rarissa Jansen dos Santos**  
**Assessora Jurídica da SEMA**

**ACOLHO o parecer, por seus próprios fundamentos.**

**Italo Tiago Farias Machado**  
**OAB/MA 20.872**  
**Chefe da Assessoria Jurídica da SEMA**



Documento assinado eletronicamente em 16/11/2022, às 16:27.

Assinado por: LAYANI RARISSA JANSEN DOS SANTOS - Cargo: ASSESSOR (A)

Código Verificador: 29411720, Código CRC: GIU9QGMU

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/f/consulta-doc.xhtml>.



Documento assinado eletronicamente em 16/11/2022, às 17:16.

Assinado por: ITALO TIAGO FARIAS MACHADO - Cargo: CHEFE DA ASSESSORIA JURIDICA

Código Verificador: 29411720, Código CRC: GIU9QGMU

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/f/consulta-doc.xhtml>.